

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03 Maio - Junho 2024

Índice

03	Inclusão e transversalidade na educação é tema de seminário no MP
04	MP promove reunião de promoção a inclusão e atendimento educacional especializado
05	MP participa de evento que debate desafios da educação
06	Projeto Educação Inclusiva é lançado no município de Valente e São Domingos
07	Município de Guanambi adere a projeto de educação inclusiva do MP
08	Programa do MP baiano participa de conferência internacional na Dinamarca
09	MP participa de evento internacional sobre sistemas alimentares sustentáveis na América Latina e Caribe
10	Município e prefeito de Ipirá são acionados para pagar R\$ 3 milhões por precariedade do transporte escolar
11	Município de Remanso é orientado a permitir o acesso às escolas de alunos com calças e calçados diferentes do uniforme padrão
12	Ações de suporte jurídico e pedagógico às promotorias
13	Leis e Decisões na Educação

Inclusão e transversalidade na educação é tema de seminário no MP



Perspectivas e possibilidades para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na educação foram discutidas, dia 14/06, durante o seminário ‘Inclusão e Transversalidade’, realizado durante todo o dia no auditório da sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador. Organizado pelos Centros de Apoio Operacional da Educação (Ceduc) e de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o evento foi aberto pelo Procurador-geral de Justiça, Pedro Maia, “Só se constrói um Estado olhando para a base, pensando o futuro e cuidando da educação, que é a base de toda a construção desse país”, afirmou o PGJ. Coordenador do Ceduc, o promotor de Justiça Adriano Marques falou que a inclusão é um sonho a ser realizado no estado da Bahia. “Essa é uma luta que nós do MP não travamos sozinhos, mas de forma transversal, ao lado de parceiros como as secretarias estadual e municipais de Educação e do Tribunal de Contas do Estado”, afirmou o promotor.

Gerente do projeto ‘Todas as Escolas são para Todos os Alunos’, a promotora de Justiça Cíntia Guanaes abriu o painel de educação, destacando o caráter transversal da inclusão. “Não podemos discutir a inclusão de alunos com deficiência, sem saber se estão atendidas suas necessidades de saúde, seus direitos fundamentais, ou seus direitos enquanto criança e adolescente atendidos, seja isso na rede pública ou privada”, afirmou, registrando a participação no evento dos coordenadores dos Centros de Apoio da Saúde (Cesau), dos Direitos Humanos (Caodh), da Criança e do Adolescente (Caoca), e do Consumidor; respectivamente promotores de Justiça Rocío Matos, Rogério Queiroz, Ana Emanuela Rossi Meira, e Thelma Leal.

Fonte: Imprensa MPBA(texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

MP promove reunião de promoção a inclusão e atendimento educacional especializado

O Ministério Público estadual, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), realizou , dia 5/06, a reunião conjunta “Promovendo a inclusão: Perspectivas jurídicas e práticas do Atendimento Educacional Especializado”. O encontro ocorreu na sede do MP, no CAB, e teve o objetivo de promover uma melhor compreensão das políticas, diretrizes e ações necessárias para a efetivação e eficiência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos sistemas de ensino estadual e municipais da Bahia.

Houve ainda discussões relacionadas acerca das melhores práticas e desafios relacionados ao profissional de apoio escolar, relacionando à proposta para elaboração de uma Informação Técnica Conjunta que será encaminhada aos promotores de Justiça que atuam na capital e interior.

Estiveram presentes na reunião os promotores de Justiça Adriano Marques, coordenador da Ceduc; Cíntia Guanaes, gerente do projeto ‘Educação Inclusiva’; Valmiro Macedo; e Susana Dantas. Também estiveram no encontro a subsecretária de educação municipal, Isabela Cabral; Catharina Coelho, procuradora da Secretaria Municipal de Educação (Smed); a superintendente da Secretaria Estadual de Educação (SEC), Maria Rosário Muricy; Manoel Calazans, representando a secretaria de educação do Estado, Rowenna dos Santos; além de representantes do Conselho Municipal de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e Universidade do Estado da Bahia (Uneb), dentre outros.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado)



MP participa de evento que debate desafios da educação



O Ministério Público estadual, por meio do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação do Ministério Público estadual (Ceduc), promotor de Justiça Adriano Marques, participou dia 20/05 do XXVI Encontro Estadual da Uncme-Bahia, que debateu ‘Os Conselhos Municipais de Educação e o fortalecimento das políticas educacionais para a educação básica: por uma nova educação inclusiva e com qualidade’. Ele destacou aos participantes do evento alguns desafios enfrentados na área da educação e lembrou que os conflitos e vulnerabilidades sociais se espalham nas escolas por meio do uso de telas e de práticas como o racismo, o bullying, polarização ideológica, violência e exclusão.

“As demandas sociais exigem dos profissionais da educação mais do que saberes pedagógicos ou rigor disciplinar. A realidade exige o sentir humanitário, afetos solidários, atenção cuidadosa, presença, esperança”, frisou o promotor de Justiça. Ele ressaltou ainda a importância do olhar atento e da escuta ativa dos estudantes, assinalando que a representação estudantil é imprescindível para toda e qualquer discussão sobre educação. Também lembrou aos professores, estudantes, profissionais da educação e gestores que eles não estão sós nesse percurso. “Os Conselhos de Educação estão com vocês. E, se os conselhos estão, somos fortes. Conselheiros, contem com o Ministério Público de suas cidades e tenham o promotor de Justiça, o MP, como aliado”, reforçou.

Projeto Educação Inclusiva é lançado no município de Valente e São Domingos



O Ministério Público estadual participou, nos dias 16 e 17/05, do lançamento do 'Projeto Educação Inclusiva – Todas as escolas são para todos os alunos', nos Municípios de Valente e São Domingos.

O evento, que foi conduzido pela promotora de Justiça e gerente do projeto Cintia Guanaes, e pela professora e pós doutora em educação, Iracema Lemos, teve como objetivo apresentar o projeto que visa garantir o direito de todos à educação, promovendo educação inclusiva para pessoas com deficiência, assegurando o acesso, participação e aprendizagem desses alunos juntamente com atenção integral em saúde e saúde mental.

A escola “piloto” escolhida para a implantação do projeto foi a ‘Escola Municipal Aldacy Bahia Mota’, no Município de Valente, na Bahia. O projeto prevê a sensibilização da comunidade escolar e capacitação de professores para atendimento adequado às demandas de alunos com deficiência. A iniciativa aborda a temática de forma intersetorial, envolvendo as áreas de educação, saúde e assistência social do Município para gerar resultados efetivos

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado)



Município de Guanambi adere a projeto de educação inclusiva do MP



O Município de Guanambi aderiu no dia 07/05, ao projeto de educação inclusiva desenvolvido pelo Ministério Público estadual com o objetivo de efetivar a educação especial inclusiva das pessoas com deficiência na rede municipal de ensino. O termo de adesão ao projeto 'Educação Inclusiva – Todas as Escolas são para Todos os Alunos' foi assinado pelo procurador-geral de Justiça Pedro Maia, pelo prefeito do Município Arnaldo Azevedo e pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotor de Justiça Adriano Marques(...)

O promotor de Justiça Adriano Marques falou sobre o projeto e assinalou que ver o Município abraçá-lo é motivo de felicidade, pois é mais um aliado que se soma à causa. Ele destacou que, em Cruz das Almas, onde o projeto foi implantado de forma piloto, muitos alunos especiais saíram da invisibilidade e passaram a receber a atenção devida. Com a assinatura do acordo, o Município de Guanambi se compromete a realizar mapeamento dos estudantes com deficiência no município e encaminhar à equipe do projeto de educação inclusiva; criar uma equipe multidisciplinar composta, no mínimo, por psicólogo, pedagogo e assistente social, a fim de fornecer suporte psicopedagógico às escolas, inclusive na elaboração de anamnese, plano de desenvolvimento individual e avaliação devolutiva, assim como realizar relatórios acerca do desenvolvimento psicopedagógico de cada aluno.



Programa do MP baiano participa de conferência internacional na Dinamarca



O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Letícia Baird, participou nos últimos dias 17 e 18 de junho da conferência internacional “O poder das compras públicas da alimentação escolar”, na cidade de Copenhague, Dinamarca, com o ‘Projeto Escola Sustentável’. A conferência é uma ação promovida pela iniciativa “Cidades que alimentam o futuro”, liderada pelo Pacto da Política Alimentar Urbana de Milão e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento, consolidação e a replicação de políticas alimentares inovadoras para a sustentabilidade. O programa ‘Escola Sustentável’, representado pela sua gerente, promotora de Justiça Letícia Baird, integrou grupos específicos de discussão, compartilhando sua metodologia, estratégias, desafios e potenciais ao lado de outras iniciativas europeias e casos de pesquisa voltados ao fomento da alimentação escolar saudável e sustentabilidade. A conferência contou com representantes de nível local e nacional da união europeia para o diálogo e compartilhamento de experiências que visem a remodelação dos sistemas alimentares locais em direção a modelos sustentáveis.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

MP participa de evento internacional sobre sistemas alimentares sustentáveis na América Latina e Caribe



O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Letícia Baird, participou, dia 28/05, do workshop sobre o tema ‘Compras Públicas Sustentáveis para Sistemas Alimentares Sustentáveis na América Latina e Caribe’. A reunião online, presidida pela agente sênior da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), Florence Tartanac, e pela especialista da FAO/ONU em compras públicas sustentáveis de alimentos, Luana Swensson, faz parte das ações promovidas pela organização internacional e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para discutir o fortalecimento dos programas “Compras Públicas Sustentáveis” e “Sistemas Alimentares Sustentáveis” da rede One Planet.

O encontro reuniu cerca de noventa representantes de países da América Latina e Caribe, com experiência em temáticas diversas como políticas públicas de alimentação escolar e compras públicas de alimentos e sustentabilidade, a fim de identificar recomendações prioritárias para a implementação de um roteiro regional que servirá de base para a elaboração de um roteiro global sobre compras públicas sustentáveis de alimentos.

A promotora de Justiça Letícia Baird, que gerencia o programa ‘Escola Sustentável’, reforçou que “a alimentação escolar nutre a criança e pode ser estratégica para a promoção do desenvolvimento sustentável em sua tríplice dimensão social, econômica e ambiental, o que confere maior eficiência na implementação dessa política pública pelo Poder Público”.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

Município e prefeito de Ipirá são acionados para pagar R\$ 3 milhões por precariedade do transporte escolar



Uma ação de responsabilização por dano civil coletivo foi ajuizada pelo Ministério Público estadual e a Defensoria Pública do Estado, dia 5/06, contra o Município e o prefeito de Ipirá, Edvonilson Silva Santos. No documento, o promotor de Justiça Ailson Marques e os defensores públicos Carolina Valladares e José Carlos Teixeira solicitam à Justiça que condene o Município e o prefeito a pagarem, solidariamente, indenização no valor de R\$ 3 milhões pelos danos coletivos causados aos estudantes da rede municipal que dependem do transporte escolar. Segundo apurado pelo MPBA e DPE, o transporte escolar é ofertado, há anos, em situação precária e sem garantia mínima de segurança aos estudantes.

O Ministério Público e a Defensoria Pública solicitam que o valor seja destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e direcionado ao incremento da quantidade e qualidade do transporte escolar municipal, com fiscalização do MPBA. DPE e Conselho Municipal de Educação (CME). Na ação, o promotor de Justiça e os defensores públicos registram que visitas conjuntas do CME, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e de representantes locais do Fundeb, realizadas desde 2022, constataram que a frota de transporte escolar não apresentava condições adequadas.

Município de Remanso é orientado a permitir o acesso às escolas de alunos com calças e calçados diferentes do uniforme padrão

O Ministério Público estadual recomendou ontem, dia 6/05, ao Estado da Bahia e ao Município de Remanso que não proíbam o acesso à educação de alunos da rede pública usando calças e calçados distintos do uniforme padrão, já que esses itens do vestuário não são distribuídos gratuitamente aos alunos.

A recomendação foi enviada também para a diretoria do colégio Professora Irene de Souza Araújo, localizado no Município de Remanso. Segundo a promotora de Justiça Patrícia Camilo Silva, autora da recomendação, a diretoria do colégio “tem negado acesso de alunos às aulas, sob o argumento de estarem trajando calça jeans em cor diversa do azul escuro”, destacou a promotora de Justiça.

Ela complementou que as escolas “não devem impedir o acesso à sala de aula e ao ambiente escolar ao aluno que, embora trajado com a camisa de malha fornecida gratuitamente pela rede pública de ensino, apresente-se com calça jeans em coloração diversa do azul escuro, sob pena de violação ao princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, explicou.

Fonte: Imprensa MPBA

Ações de suporte jurídico e pedagógico

Meses de maio e junho – 10 reuniões orientativas



Audiência PJ de Lauro de Freitas



Reunião com PJ de Marau Educação *Inclusiva*



Reunião com equipe pedagógica em Valente -Educação *Inclusiva*



Reunião de suporte a demanda da Cati Juazeiro



DECISÃO STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as escolas públicas e privadas têm a obrigação de combater discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual. Segundo a decisão, também é dever das escolas combater o bullying e as discriminações de cunho machista contra meninas e homotransfóbicas, que afetam gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

[Leia na íntegra](#)

DECISÃO STJ

A 3ª turma do STJ determinou que as operadoras de plano de saúde não têm a obrigação de custear as sessões de psicopedagogia destinadas a pessoas com TEA - Transtorno do Espectro Autista quando realizadas em ambiente escolar ou domiciliar.

[Leia na íntegra](#)

Expediente

Procurador Geral de Justiça
Pedro Maia Souza Marques

CEDUC

Coordenador

Adriano Freire de Carvalho Matos
Equipe

Cristiane Moreira Araújo

Elizabeth Alves Silva Ferreira

Iracema dos Santos Lemos

José Carlos Santana de Oliveira

José Sergio Gomes da Silva

Luiz Gustavo valente Veiga

Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira

Organização e Produção do Boletim

Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira

Elizabeth Alves Silva Ferreira - revisão

✉ Ceduc@mpba.mp.br

☎ 3103-0385

☎ 3103-0387

☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, n° 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

